

Márcia Moreira de Araújo
Carlos Jordan Lapa Alves
(Organizadores)

EDUCAÇÃO: MINORIAS, PRÁTICAS E INCLUSÃO 2



Atena
Editora
Ano 2021

Márcia Moreira de Araújo
Carlos Jordan Lapa Alves
(Organizadores)

EDUCAÇÃO: MINORIAS, PRÁTICAS E INCLUSÃO 2



Atena
Editora
Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremonesi

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Educação: minorias, práticas e inclusão 2

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Vanessa Mottin de Oliveira Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadores: Marcia Moreira de Araújo
Carlos Jordan Lapa Alves

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 Educação: minorias, práticas e inclusão 2 / Organizadores
Marcia Moreira de Araújo, Carlos Jordan Lapa Alves. –
Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-034-3

DOI 10.22533/at.ed.343211805

1. Educação. I. Araújo, Marcia Moreira de
(Organizadora). II. Alves, Carlos Jordan Lapa (Organizador).
III. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Neste momento contemporâneo e avassalador, que minimiza nossa potência de agir, esse livro é um “respirar leve”, e traz consigo outras possibilidades de pensar, fazer e viver a educação neste contexto que inclui e reverbera liberdades e multiplicidades do agir democrático, fora dos padrões colonizados em nossas mentes por séculos.

Inspirados em nossos estudos, temos a urgência em entender como que uma sociedade inteira não se reduz a vigilância e propõe micro-liberdades individuais e coletivas. Junto a Certeau(1994) , problematizamos neste espaço: “que procedimentos populares (também minúsculos e cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina e não ser para alterá-los? Que táticas e artes de fazer engendram nas tramas da vida que formam uma contrapartida, do lado dos consumidores (ou “dominados”), dos processos silenciados que organizam as micropolíticas e formam as subjetividades diversas?

Eis, portanto, nossa grande missão neste livro: propiciar momentos, debates, críticas e litigar com poderes que permeiam o campo educacional tornando-o tradicional, excludente e retrogrado. A educação do presente não pode e não deve ser desconectada da realidade social, da diversidade étnica, de gênero, religiosa e de crença que a sociedade vive. Talvez, essa seja a hora de derrubar os muros que ergueram em volta das escolas para que este lugar seja de todos e todas.

Pensar raça, gênero, sexualidade, exclusão, inclusão, feminismo, machismo e interseccionalidade no contexto escolar é obrigação de educadores e educadoras neste momento histórico no qual as bases democráticas estão constante tensão. Não cabe a escola e aos professores o papel de agente passivo, mas ações veementes e fortes a favor da luta pela igualdade, equidade e qualidade educacional para todas as crianças de todas as crenças.

Em um país onde as Casas de Leis perdem tempo propondo projetos para inibir e coibir o fazer docente, por exemplo, projeto de Lei 4893/20 que busca criminalizar professores que debatem assuntos ligados a gênero e sexualidade, a balança do poder deve agir criando reações de contrapoder: ao silêncio o barulho, a ordem a desordem, a punição a revolta. Nunca cabe a um docente o papel de submissão, mas ação, a criticidade.

Esperamos que o leitor, ou a leitora, faça produções fecundas e inventivas a partir desta proposição de textos que apresentam uma subversão no espaço educativo nos múltiplos modos de aprendizagens. Desejamos que as apostas sejam a captura do que escapa dos modos imperativos de educação, e que as possibilidades de invenção e criação reverberem na prática docente por uma educação mais condizente com o que a humanidade vem liberando como demandas sociais.

Desejamos uma excelente aventura literária e formativa!

Marcia Moreira de Araújo
Carlos Jordan Lapa Alves

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

ENSINO HÍBRIDO: *PODCAST* COMO INSTRUMENTO AUXILIATÓRIO DE PREPARAÇÃO PARA O ENEM

Lucas Antonio Xavier
Bruna Carraro de Oliveira
Chirlei de Fátima Rodrigues
Ruanna Bourguignon Gava Ribeiro
Luzinete Louzada Bianchi Kahowec
Simone Vieira Sant'Anna Fardim
José Izaias Moreira Scherrer Neto
Luciano Carneiro Cardozo
Unir Andrade Rabelo Júnior

DOI 10.22533/at.ed.3432118051

CAPÍTULO 2..... 15

A AVALIAÇÃO DE ALUNOS SURDOS EM ESCOLAS COMUNS: UMA ANÁLISE DAS PRÁTICAS E INSTRUMENTOS AVALIATIVOS NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM

Zanado Pavão Sousa Mesquita
Marcella Arraes Castelo Branco
Elenice de Alencar Silva

DOI 10.22533/at.ed.3432118052

CAPÍTULO 3..... 28

A DIFERENÇA COMO CARACTERÍSTICA FUNDAMENTAL: UMA EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Felipe Miranda Zanetti

DOI 10.22533/at.ed.3432118053

CAPÍTULO 4..... 40

A EDUCAÇÃO BÁSICA ENQUANTO DIREITO SOCIAL: UM PANORAMA HISTÓRICO A PARTIR DAS LDBENs BRASILEIRAS

Miguel Rodrigues Netto

DOI 10.22533/at.ed.3432118054

CAPÍTULO 5..... 54

A DANÇA COMO INSTRUMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Ana Carolina Nascimento Lira
Roseli Fernandes Lins Caldas

DOI 10.22533/at.ed.3432118055

CAPÍTULO 6..... 65

A EDUCAÇÃO DE ÓRFÃOS NAS MINAS COLONIAIS: ESTRATÉGIAS EDUCATIVAS CONFORME O SEXO DOS TUTORES E TUTELADOS

Leandro Silva de Paula

DOI 10.22533/at.ed.3432118056

CAPÍTULO 7	78
A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO ENSINO REGULAR	
Janaina Ribeiro Pireda Teixeira Lima	
DOI 10.22533/at.ed.3432118057	
CAPÍTULO 8	90
A LINGUAGEM ADAPTATIVA: ROMPENDO BARREIRAS NO PROCESSO DE INCLUSÃO	
Antonia Diniz	
Valdirene Nascimento da Silva Oliveira	
César Gomes de Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.3432118058	
CAPÍTULO 9	101
A NOVA RACIONALIDADE TÉCNICA DO TRABALHO DO PEDAGOGO NA ESCOLA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ: POSSIBILIDADES E LIMITES	
Clarice Schneider Linhares	
Laurete Maria Ruaro	
DOI 10.22533/at.ed.3432118059	
CAPÍTULO 10	112
A INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NO ENSINO SUPERIOR	
Rodrigo Parras	
Elaine Cristina da Silva Zanesco	
Márcia Aparecida Amador Mascia	
DOI 10.22533/at.ed.34321180510	
CAPÍTULO 11	125
A PERSPECTIVA HISTÓRICO-CULTURAL ACERCA DA DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	
Mirna Cristina Silva Pacheco	
Cristina Maria Carvalho Delou	
Ediclea Mascarenhas Fernandes	
DOI 10.22533/at.ed.34321180511	
CAPÍTULO 12	133
A SUBSTANCIALIDADE DA SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO: IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL E TRANSGRESSÃO DA LGBTFOBIA	
Glauber Carvalho da Silva	
Letícia da Silva Paz	
DOI 10.22533/at.ed.34321180512	
CAPÍTULO 13	144
ADVOCACY, COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA SOBRE A TUBERCULOSE	
Raimunda Hermelinda Maia Macena	
Liandro da Cruz Lindner	
Carla Patrícia Almeida	

José Carlos Veloso Pereira da Silva
Antonio Ernandes Marques da Costa
Neide Gravato da Silva
Giselle Raquel Israel
Ezio Távora dos Santos Filho

DOI 10.22533/at.ed.34321180513

CAPÍTULO 14..... 156

A POLÍTICA PÚBLICA DO SISTEMA DE PROTEÇÃO ESCOLAR DA SEE/SP: ANÁLISE DO CASO DA DIRETORIA DE ENSINO REGIÃO DE TAQUARITINGA

Paulo Cesar Cedran
Chelsea Maria de Campos Martins

DOI 10.22533/at.ed.34321180514

CAPÍTULO 15..... 166

AUTISMO E EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA PARCERIA DOCENTE x DISCENTE

Elizabeth R. O. Pereira
Edicléa Mascarenhas Fernandes
Franklin José Pereira
Nathalia R. O. Habib Pereira
Victor R. O. Habib Pereira

DOI 10.22533/at.ed.34321180515

CAPÍTULO 16..... 177

AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA COMO FERRAMENTA DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Maria Aparecida de Oliveira Lage
Urbano da Silva Batista
Leidiane Chaves da Cruz
Valdeis Correa Baiense
Lúbia Mara Carvalho Costa Teixeira

DOI 10.22533/at.ed.34321180516

CAPÍTULO 17..... 190

AVALIAÇÃO ESCOLAR PARA ALUNOS ESPECIAIS: IMPORTÂNCIA DA IMPLEMENTAÇÃO E UTILIZAÇÃO DA SALA DE RECURSOS PEDAGÓGICOS

Anelise Kologeski

DOI 10.22533/at.ed.34321180517

CAPÍTULO 18..... 204

DESAFIOS E LIMITAÇÕES ÀS PRÁTICAS EDUCATIVAS EM ESTABELECIMENTO PRISIONAL

Maria do Carmo Soares de Almeida
Susana Henriques

DOI 10.22533/at.ed.34321180518

CAPÍTULO 19.....	214
CONFEÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS ADAPTADOS SOBRE PROPRIEDADES ESPECÍFICAS DA MATÉRIA PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL	
Aires da Conceição Silva	
Ana Paula Bernardo dos Santos	
Ana Paula Sodré da Silva Estevão	
Anne Caroline da Silva Rocha	
Matheus Silva de Oliveira	
Thamiris Pereira Cid	
Vanessa de Souza Nogueira Penco	
DOI 10.22533/at.ed.34321180519	
CAPÍTULO 20.....	233
DESIGUALDADES EDUCACIONAIS E PARTICIPAÇÃO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO DA PANDEMIA	
Gilca Janiele Pereira da Silva	
Mirian Nunes de Carvalho Nunes	
Tyla Mendes Ricci	
DOI 10.22533/at.ed.34321180520	
CAPÍTULO 21.....	244
DIÁLOGOS ENTRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E VIGOTSKI: A MEDIAÇÃO E O PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR DE UM ESTUDANTE COM SÍNDROME DE ASPERGER	
Rochele Karine Marques Garibaldi	
Gabriella Carvalho Motta	
Lavine Rocha Cardoso Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.34321180521	
CAPÍTULO 22.....	260
EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS COMO ALTERNATIVA À DOCTRINA DO CHOQUE	
Geziela Iensue	
Gabrielly Carvalho Alves	
Karoline Santana	
DOI 10.22533/at.ed.34321180522	
CAPÍTULO 23.....	273
EDUCAÇÃO INCLUSIVA: SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS E SEU PAPEL NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	
Karina Edilaini da Silva Barros	
DOI 10.22533/at.ed.34321180523	
CAPÍTULO 24.....	280
A "EX-POSIÇÃO" NA EDUCAÇÃO DE SURDOS: A COOPERAÇÃO COMO PROCESSO DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO	
Nathalia Castro dos Santos	
Edmar Reis Thiengo	
DOI 10.22533/at.ed.34321180524	

CAPÍTULO 25	301
INCLUSÃO DO ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO ENSINO SUPERIOR: OS DESAFIOS DESSA PRÁTICA	
Rosangela Teles Carminati Soares	
Andreia Nakamura Bondezan	
Eliane Pinto de Góes	
DOI 10.22533/at.ed.34321180525	
CAPÍTULO 26	314
INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO COM SÍNDROME DE <i>DOWN</i> : DESAFIOS, AVANÇOS E LEGISLAÇÃO	
Marli Ferreira de Carvalho Damasceno	
Raqueline Castro de Sousa Sampaio	
DOI 10.22533/at.ed.34321180526	
CAPÍTULO 27	328
E VIVERAM FELIZES MATEMATICANDO COM O AUXÍLIO DO <i>MOUSEKEY</i> PARA SEMPRE...	
Leonice Elci Rehfeld Nuglisch	
Deise Maria Kaszewski Meneguello	
DOI 10.22533/at.ed.34321180527	
SOBRE OS ORGANIZADORES	334
ÍNDICE REMISSIVO	335

CAPÍTULO 12

A SUBSTANCIALIDADE DA SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO: IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL E TRANSGRESSÃO DA LGBTFOBIA

Data de aceite: 01/05/2021

Data de submissão: 21/03/2021

Glauber Carvalho da Silva

IFSP – Campus Votuporanga
Votuporanga – SP

<http://lattes.cnpq.br/4064685098496513>

Letícia da Silva Paz

IFSP – Campus Votuporanga
Votuporanga – SP

<http://lattes.cnpq.br/8853571779795744>

RESUMO: A sexualidade é um fator recorrente nas dúvidas de crianças e adolescentes, tal que é algo inerente ao ser humano. Por muito tempo discutiu-se diversos objetivos sobre ela e ao longo da história houve reconstruções de conceitos para caracterizá-la. Trazer este tema, sexualidade, para às salas de aulas é um grande desafio ao educador e escola, por enésimos motivos, no entanto faz-se necessário para reconstrução da sociedade hodierna brasileira, através da transposição de preconceitos destinados à comunidade LGBT. Fomenta-se, ainda, que a abordagem desta temática na escola é benéfica à saúde mental dos alunos e corrobora maior empatia para com o próximo, contribuindo para o enriquecimento, fidedignamente, informacional dos discentes. Contudo, falar de sexualidade com as crianças e adolescentes requer novas perspectivas sobre eles e não é uma obrigação, somente, da escola.

PALAVRAS - CHAVE: Educação; Sexualidade;

Saúde mental; LGBTfobia.

THE SUBSTANTIALITY OF SEXUALITY IN EDUCATION: IMPACTS ON MENTAL HEALTH AND TRANSGRESSION OF SEXUALITY-RELATED PHOBIA

ABSTRACT: Sexuality is a recurring factor in the doubts of children and adolescents, such that it is something inherent to the human being. For a long time several objectives were discussed about it and throughout history there have been reconstructions of concepts to characterize it. Bringing this theme, sexuality, to the classroom is a great challenge for the educator and school, for umpteenth reasons, however it is necessary for the reconstruction of today's Brazilian society, through the transposition of prejudices aimed at the LGBT community. It is also encouraged that the approach of this theme at school is beneficial to the students 'mental health and corroborates greater empathy with others, contributing to the reliably enrichment of the students' information. However, talking about sexuality with children and adolescents requires new perspectives on them and is not only an obligation of the school.

KEYWORDS: Education; Sexuality; Mental health; Sexuality-related phobia.

1 | INTRODUÇÃO

A discussão sobre sexualidade no ambiente escolar tem-se tornado alvo de críticas na sociedade hodierna brasileira, de modo a eclodir socialmente ideias errôneas sobre o que, de fato, tratar sobre esta temática influencia nas

crianças e adolescentes. Muito se tem visto repercutir, desde o último período de eleição presidencial, em 2018, a pragmática perspectiva de manipulação dos alunos para serem vistos e reconhecerem-se pelas sexualidades que fogem da heteronormatividade.

Por intermédio de uma pesquisa, em caráter exploratório, buscou-se embasamento teórico em autores da área da pedagogia, psicologia e grandes pensadores sobre a sexualidade. Tal que, uma breve contextualização histórica desta temática até adentrar-se na escola; como ela pode influenciar na saúde mental do indivíduo; e os benefícios, dela ser tema em sala de aula, à erradicação da LGBTfobia: foram os objetos de estudos.

Objetivou-se a promulgação do conhecimento verídico sobre as funcionalidades da exposição, no ambiente escolar, de assuntos referentes a sexualidade, para atingir o consentimento dos pais para esta prática, tal como expor aos educadores o porquê não devem se negar a responder os questionamentos vindos dos alunos sobre este tema. Enfatizando que, segundo Souza e Júnior:

É interessante que a escola dialogue sobre assuntos tratados, muitas vezes, com constrangimento por pais e professores e inclui-os no processo educacional, em reuniões palestras, debates, acompanhamento pedagógico e até mesmo na própria sala de aula, onde são discutidas reflexões polêmicas que são tratadas com preconceitos ou descaso, não respeitando a pluralidade, como, por exemplo, a iniciação sexual, e, até mesmo, a homossexualidade e a prostituição (SOUZA; JÚNIOR, 2020, pág. 22).

Destarte, este artigo carrega consigo a possibilidade da disseminação de novas perspectivas positivas, no que se refere ao âmbito da sexualidade na educação, além de propagar à sociedade a substancialidade desta ocorrência, sobrelevando ideias hipócritas e retrógradas existentes na atualidade, que provoca medo nos docentes para falar sobre isto com seus alunos e o fechamento do ambiente familiar disponível para diálogo com as crianças e adolescentes.

2 | A SEXUALIDADE NO DECORRER DOS ANOS

Noutro, as sociedades podiam identificar-se com explícita frouxidão em caracterizações que, na atualidade, remetem às ideias negativas ou obscenas, sendo então, demasiadamente, proferidos discursos mediante ao sexo em seus convívios sociais. Tal que nestas, reinava-se a perspectiva da sexualidade como algo puro e unicamente funcional: era destinada a reprodução (FOUCAULT, 2019).

Sumamente preocupante, esta ideologia excludente sustentou a colocação do casal procriador como modelo, segregando as sexualidades ilegítimas, por conseguinte, realocando-as à espaços insularizados, que permitem sua manifestação. Mesmo assim, suas falas eram circunspectamente ditas, pois poderiam causar grandes custos, ocasionalmente. Afinal, os prazeres ligados a elas eram opostos à ordem existente e “Fora desses lugares, o puritanismo moderno teria imposto seu tríplice decreto de interdição,

inexistência e mutismo.” (FOUCAULT, 2019, pág. 9).

Ademais, esta influenciou na visão de uma soberania da masculinidade, interditando uma perspectiva de igualdade entre os sexos, por intermédio da eclosão de uma caracterização da mulher como mero objeto necessário para a preservação da espécie (SOUZA; JÚNIOR, 2020).

Obstina-se, hodiernamente, a associação da repressão com o desenvolvimento do capitalismo, no qual esta seria uma determinação da burguesia. Para Foucault, a repressão conceitua-se como:

[...] condenação ao desaparecimento, mas também como injunção ao silêncio, afirmação de inexistência e, conseqüentemente, constatação de que, em tudo isso, não há nada para dizer, nem para ver, nem para saber (FOUCAULT, 2019, pág. 8).

Atribuir-se-á, quando se ter a ideia da existência de uma repressão sobre o sexo, àquele que fala sobre este, um papel de transgressão de limites impostos pelo poder e isto permite que se fortaleça a prevalência de discursos, sobre o sexo, objetivando desafiar a ordem estabelecida, além da visão de um revolucionário que luta por um futuro mais adequado, com mudanças imprescindíveis (FOUCAULT, 2019).

No entanto, decerto, a crônica da história da sexualidade alude pudores obstinados, porquanto sentia-se a necessidade deles para o sexo ser discutido, de modo a exaltar a pudicícia, o decoro, por meio da rarefação das ideias destinadas às volúpias (FOUCAULT, 2019).

No século XVII, notava-se uma açambarcada visão sobre o sexo, hipocritamente, pela pastoral cristã, tornando-o, em todas suas formas de manifestação, um demasiado ato pecaminoso, indecoroso. Tais manifestações eram estrepitosas ao distanciamento do amor proferido por Deus. Destarte, fazia-se presente a ideia de um indivíduo repleto de discursos sobre seu sexo, destinados, obrigatoriamente, ao confessorário; e atado à uma mudança expressiva de vida, escamoteando seus desejos. Como explicita Foucault:

[...] a pastoral cristã procurava produzir efeitos específicos sobre o desejo, pelo simples fato de colocá-lo integral e aplicadamente em discurso: efeitos de reconversão espiritual, de retorno a Deus, efeito físico de dores bem-aventuradas por sentir no seu corpo as ferroadas da tentação e o amor que lhe resiste (FOUCAULT, 2019, pág. 25).

Haja visto a ideia de uma sociedade que necessite de abstenção sexual, de preocupação com o aumento populacional em discrepância com a produção alimentícia, como na teoria demográfica malthusiana, no século XVIII: o sexo torna-se uma preocupação política. Desde então, este passa a ser um objeto da medicina, pedagogia, dentre outros. Tal que, sobre ele criou-se leis que regiam as sociedades da época (FOUCAULT, 2019).

Não obstante, proliferou-se um discurso em torno do sexo objetivando expressar o domínio do poder e da pastoral cristã. Com isto, as escolas passaram pelo crivo da

disseminação ideológica da época. Nestas a educação sexual obstinava-se. Logo, o sexo era discutido entre professor e aluno.

Contudo, os discursos nas escolas, destinados a crianças e adolescentes, sobre o sexo, eram inexauríveis às punições e responsabilidades perante sua prática; impôs-lhes os ideais, então, existentes naquela época; promulgando a ideia do professor recatado e persistente em medidas prolíferas de tais ideologias e, de acordo com Foucault:

[...] em todas essas medidas a criança não deveria ser apenas um objeto mudo e inconsciente de cuidados decididos exclusivamente entre adultos; impunha-se-lhe um certo discurso razoável, limitado, canônico e verdadeiro sobre o sexo – uma espécie de ortopedia discursiva (FOUCAULT, 2019, pág. 32).

Hodiernamente, faz-se possível ver o repleto medo dos professores de tratar essa temática, sexualidade, em sala de aula, afinal, denuncia-se a formação acadêmica dos cursos de licenciatura, por abdicar-se parcial ou totalmente deste tema. Entretanto, a formação acadêmica não é, unicamente, o fator determinante deste medo, também os pais são os causadores (SOUZA; JÚNIOR, 2020).

Sobreleva-se o medo a necessidade de tratar da sexualidade com as crianças e adolescentes no ambiente escolar, visto que se suscita nele curiosidades destinadas ao sexo, corpo etc. Por conseguinte, os professores veem-se compelidos à busca de capacitações, para serem capazes de responder os questionamentos dos seus alunos (SOUZA; JÚNIOR, 2020).

Primordialmente, porém, para levar essa abordagem para a escola, os docentes e pais, exclusivamente, devem abster-se da retrógrada perspectiva de que “[...] as crianças são seres *puros e inocentes* que não tem sexualidade a demonstrar, e tais demonstrações da sexualidade infantil demonstram algo vergonhoso e sujo” (SOUZA; JÚNIOR, 2020, pág. 28).

Especificamente, os pais têm o dever de contribuir com o amadurecimento da sexualidade de seus filhos, através de respostas aos questionamentos. Mas, perpetua-se a coerção quando os pais se deparam sobre dúvidas relacionadas à sexualidade, muitas vezes partindo para punições. O ambiente familiar devia ser um local aberto ao diálogo, para que os filhos pudessem ter um local a recorrer, se necessário (SOUZA; JÚNIOR, 2020).

Possibilitar-se-á, com docentes capacitados, a erradicação da disseminação de *fake news*, preconceitos, ideologias repressivas, respostas erradas, permanência de discursos de ódio, que são facilmente vistos nas mídias sociais, sobre a sexualidade e suas ramificações. Então, ter na escola uma abordagem da sexualidade promulga às crianças e adolescentes um individualismo e perspectivas de respeito para com o próximo, tal como um lugar fidedigno para busca de respostas sobre questionamentos deste tema.

3 | INFLUÊNCIAS DA SEXUALIDADE PERANTE A SAÚDE MENTAL DO INDIVÍDUO

Apesar de estar presente na vida de todos, a sexualidade ainda é um tabu e, quando se trata de diversidade sexual, tudo é muito pior. Na busca de manter a supremacia da cisheteronormatividade, a população que foge a este padrão (gays, lésbicas, travestis, transexuais, bissexuais e outros), são sistematicamente reprimidas, violentadas e até assassinadas. Toda essa violência, física e psicológica, acarreta diversos distúrbios mentais.

Até meados de 1952, a homossexualidade era considerada um distúrbio mental pela Associação Americana de Psiquiatria (APA), e, em 1997, a Organização Mundial da Saúde (OMS) colocou a homoafetividade como uma doença, que também ocorreu com a transexualidade, em 1980, pela Classificação internacional de Doenças (CID). Felizmente, em 2019, a OMS chegou à conclusão e explicou para a população que a transexualidade não é uma doença, ou seja, não possui causa patológica, sendo uma manifestação de identidade de gênero diversa do nascimento. No entanto, as explicações da OMS só serão realmente oficializadas em 2022, na 11ª CID (TAGLIAMENTO et al., 2020).

Desse modo, é possível perceber como a população LGBTQ+ sofre com preconceitos, afinal, até algum tempo atrás, ainda eram considerados doentes. É notável citar que, de acordo com a ONG “Grupo Gay da Bahia”, em 2017, a cada 19 horas uma pessoa LGBTQIA+ foi morta no Brasil. Ainda, segundo a Trans Murder Monitoring (TMN) da Transgender Europe (TGEU), de outubro de 2017 a setembro de 2018, o Brasil teve 369 casos de assassinato de travestis e transexuais (TAGLIAMENTO et al., 2020). Assim sendo, fica claro a postura agressiva da sociedade, que discrimina os indivíduos que fogem ao padrão imposto.

A censura busca manter a supremacia heterossexual, reprimindo todas as outras formas de manifestações e, considerando os adolescentes LGBTQ+, por estarem em um período caracterizado como uma fase de autodescobertas e incertezas, acabam tendo sua sexualidade questionada e deslegitimada, com isto fica evidente que este grupo necessita de mais atenção (FEDEGER et al., 2021).

A opressão LGBTQfóbica é uma forma de inferiorizar, desumanizar, diferenciar e distanciar a pessoa LGBTQ, se apresentando semelhante ao sexismo, racismo e outros (TAGLIAMENTO et al., 2020). Apesar de grupos como “Somos - Grupo de Afirmação Homossexual” e a fundação da ABGLT (Associação Brasileira de gays, lésbicas e transexuais) - que já atuou desde o movimento “Diretas Já” até as “Paradas do Orgulho LGBTQ” -, é notável a necessidade de mais atitudes para a quebra de preconceitos que minimizam e violentam a população LGBTQ e a inclusão desta na sociedade (TAGLIAMENTO et al., 2020).

Os adolescentes representam um grupo de fragilidade, por haver maior exposição e

suscetibilidade à casos de violência, sendo este um dos principais agravos para sua saúde (FEDEGER et al., 2021). Estando o conceito de gênero ligado às produções culturais e sociais, construídas historicamente, a falta de representação LGBT+ afeta a autoestima dos jovens que, acostumados aos estigmas de gênero, se deparam com o obstáculo de se aceitar e se reconhecer, pois aprenderam que as manifestações de diversidade sexual estão fora das normas sociais, sendo condutas desviantes e patológicas (FEDEGER et al., 2021; TAGLIAMENTO et al., 2020).

Estando a performance de gênero, que ultrapassa os padrões pré-estabelecidos, sujeita às incompreensões, repressões e discursos que negam a liberdade de existir, de acordo com a identidade que cada pessoa possui: há práticas que desrespeitam o modo de ser de cada um (TAGLIAMENTO et al., 2020). Assim, muitos jovens são expostos à discriminação e violência, seja na família ou comunidade, tendo seus direitos de segurança e liberdade violados (FEDEGER et al., 2021), estando mais suscetíveis a doenças mentais. Segundo Mustanski e Liu (2012 cit. por TAGLIAMENTO et al., 2020), em uma de suas pesquisas com jovens e adultos LGBT, 35,4% falaram que se sentem sozinhos, 27% apresentam o apoio mínimo da família e 88,2% afirmaram ter sofrido violência. Tais relatos apresentam consequências, como as apresentadas por Pereira:

Verifica-se a presença de risco acrescido de tentativa de suicídio em jovens com orientação homossexual e bissexual. A relação entre homossexualidade e suicidalidade pode ser mediada pela coexistência de elevadas taxas de outros fatores de risco suicidário nesta população de jovens, nomeadamente maior risco de rejeição parental e pelos pares, fenômenos de bullying; e maior risco de depressão, abuso de álcool e substâncias (PEREIRA, 2011, apud TAGLIAMENTO et al., 2020).

Em uma pesquisa com 2154 estudantes, em São Francisco – Estados Unidos –, em 2009, chegou-se à conclusão que as pessoas que fogem da cisheteronormatividade tem 4,4% de mais chances de desenvolver depressão, suicídio e abusar de substâncias psicoativas (TAGLIAMENTO et al., 2020). Focando no suicídio, um dos meios que uma pessoa encontra para cessar sua dor, Shields confirma que adolescentes com identificação LGBT+ tem maior incidência de ideação suicida e tentativa dele quando comparado com os jovens heterossexuais (TAGLIAMENTO et al., 2020).

Vale ressaltar que, o risco de desenvolver problemas psicológicos não é um mero produto da sexualidade e identidade de gênero e, sim, reflexo da estigmatização e discriminação da sociedade em relação a diversidade sexual e de gênero. Segundo Herek (1991 cit. por TAGLIAMENTO et al., 2020), por ser alvo de discriminação, as pessoas que sofrem LGBTfobia podem apresentar choro incontrolável, agitação, distúrbio no sono, problemas em relacionamentos interpessoais e outros.

Estando constantemente expostos às situações de perigo, a violência, exclusão e violação de direitos podem se tornar potencializadores para o sofrimento psíquico-físico

e morte prematura desse grupo de pessoas (gays, lésbicas, travestis etc.) (FEDEGER et al., 2021). Não obstante, a agressão física pode ocorrer como uma forma de correção do comportamento considerado desviante, como exemplo o “estupro corretivo”, onde mulheres lésbicas e trans normalmente são estupradas de forma coletiva para mudar sua sexualidade (FEDEGER et al., 2021).

Oriundo dos preconceitos, podemos citar a baixa autoestima e isolamento social, em especial ao evitar serviços de saúde, devido ao modo como os profissionais tratam, por exemplo, as pessoas transexuais, se recusando utilizar o nome social e assim contribuindo para o menor acesso do grupo LGBT a saúde. Tais conflitos ainda podem causar tendências abusivas, distorção na imagem corporal e transtornos alimentares (FEDEGER et al., 2021).

Por fim, a LGBTfobia se estende, também, ao mercado de trabalho, já que, aproximadamente, 90% das mulheres trans e travestis se encontram na prostituição, devido à falta de oportunidade em outras áreas, apresentando maior vulnerabilidade psicossocial e tendo que suportar o preconceito vindo dos parceiros para sobreviver (TAGLIAMENTO et al., 2020). Também, são fatores determinantes para a discriminação à comunidade LGBT: a religião, que muitas vezes obriga o fiel a se reprimir; e a família que forma um ambiente hostil, trocando o apoio pela opressão, podendo levar o indivíduo à sintomas de estresse crônico (TAGLIAMENTO et al., 2020). Portanto, é visível como as atitudes gerais para manter a cisheteronormatividade atingem a população de gays, lésbicas, transexuais, bissexuais e demais.

Destarte, o grupo LGBT+ é constantemente violentado, excluído, diminuído, e as consequências não são poucas, atingem diretamente a saúde mental, tornando esta fragilizada assim como o indivíduo, que pode vir a apresentar desde choro incontrolável a ideias suicidas.

4 | A SEXUALIDADE TRABALHADA EM ESCOLAS: UMA LUTA NO COMBATE À LGBTFOBIA

A sexualidade é algo inerente a vida humana, estando presente nas mais diversas fases da vida, desde o nascimento. No entanto, por muito tempo, apresentar indícios de tal sexualidade na fase infantil foi visto como anormal, levando as crianças a segregarem suas dúvidas e, assim, irem aprendendo através dos mais diversos meios, seja por fragmentos de conversas ou pela mídia. Logo, não tendo um espaço aberto para discussões, as ideias formadas partem dos princípios preconceituosos que rondam a comunidade, perseverando para a contínua exclusão de grupos minoritários, tendo ênfase os que fogem da heteronormatividade.

No século XVIII, se considerava que a criança não tinha sexualidade. No entanto, os três ensaios sobre a Teoria da Sexualidade de Freud apresentaram justamente o contrário o que, claro, foi um choque. Freud mostrou através da arqueologia e da mitologia que a sexualidade perpassa a genitália, se organizando a partir de operações psíquicas e, então,

envolvendo emoção (SILVA, 2016). Mesmo assim, as dúvidas infantis, como “de onde vêm o bebê?”, ainda são deixadas de lado, fazendo com que a criança busque informações de outras fontes. Explicita Foucault ao falar sobre o desenvolvimento sexual:

[...] É também durante a Educação Infantil que os pequenos começam a colocar questões sobre a origem dos bebês. Nos caminhos para resolver esse «mistério» costumam se perguntar a um adulto ou elaborar teorias próprias com as informações que coletam das mais variadas fontes - conversas, filmes e livros entre outros (FOUCAULT, 1997, apud SILVA, 2016).

Nessa busca por respostas, as crianças entram em contato com conversas adultas, pela mídia e até internet, onde todos mostram a mesma visão. Comumente, em todos os meios citados, tem-se a propagação do que é ser menino e menina, levando a criança a absorver os rótulos ligados a cada gênero, como “boneca é coisa de menina”, e, assim, sem mais pontos de vista, elas agem de acordo com os princípios que veem, mantendo o preconceito neles presente. Desse modo, observa-se que “A sexualidade, quando relacionada à infância, ainda hoje, é pouco falada e explicada e, por isso, permanece como uma terra incógnita” (CONSTANTINE; MARTINSON, 1984, cit. por SILVA, 2016), levando a perseverança de preconceitos.

Disto, o resultado é um adolescente que pode ser descrito, com a fala de Calligaris (2000, cit. por LACERDA; AZAMBUJA, 2015), como “[...]frustrado pela moratória imposta e, ao mesmo tempo, a idealização social da adolescência lhe ordena que seja feliz”. Assim, a consequência do jovem que aprendeu com a mídia e absorveu os rótulos por ela imposto é a triste, mas real, situação do Brasil, onde jovens que fogem dos rótulos são agredidos física e verbalmente, por aqueles que aprenderam a rígida regra de comportamento de gênero. Segundo pesquisa feita pela ABGLT (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transsexuais), 75% dos jovens de 13 a 21 anos foram agredidos verbalmente na escola, em 2015, por conta da sua orientação sexual (GONZAGA; GALLAS, 2019).

Por conseguinte, é confirmado a ideia de Mello (2012, cit. por GONZAGA; GALLAS, 2019), na qual a escola costuma ser um dos primeiros espaços onde as pessoas que subvertem as normas de gênero são humilhadas. Pode-se, ainda, citar que as relações divergentes da heteronormatividade são tratadas como prejudiciais à ordem social, sofrendo repressão da ética e tabus religiosos e, quando elas conseguem existir, ocorrem de maneira clandestina e assim culpabilizada, não permitindo a autêntica libertação (VINCENT, 1978, cit. por COSTA; BELMINO, 2015). Dessarte, se faz necessário a atuação da escola para atuar na formação de indivíduos que respeitem os demais, independentemente de seu gênero ou sexualidade, combatendo os estereótipos e, então, viabilizando a igualdade.

Conquanto, os desafios dos professores para responderem as dúvidas dos alunos são muitos, alguns dos entraves para tratar o tema, explicado por Maia (2006 cit. por SILVA, 2016), são: ausência de formação específica; falta de estrutura e material adequado; medo de falar sobre o tema, entre outros. É importante dizer que, o educador, precisa, sempre,

preservar a intimidade e lidar com as mais diversas crenças de cada ser, não sendo uma tarefa fácil, mas de extrema importância. Assim sendo, cabe à escola dar o apoio necessário ao docente, além disso, a educação sexual se faz necessária para manter um espaço de aprendizado e acolhimento aberto para incentivar os alunos a aprenderem de forma institucional e não com a mídia.

Em 1996, um documento sobre orientação sexual, incluso nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), foi lançado pelo Ministério da Educação, mas, não foi colocado em prática (GONZAGA; GALLAS, 2019). Similarmente, em 2004, lançou-se, adequado à Lei de Diretrizes e Bases, o projeto “Brasil sem Homofobia” que, apesar de adotado pelo Governo Federal, foi vetado, em 2011, devido à pressão popular e articulação política da bancada movida pela igreja (GONZAGA; GALLAS, 2019). Tais fatos mostram como a escola é influenciada por valores sociais e religiosos que, reproduzindo preceitos heteronormativos, pregam o preconceito de forma institucionalizada. Destarte, “A criança, nas práticas escolares, encontra-se envolta em redes de vigilância, controle e repressão” (SILVA, 2016) sendo institucionalmente oprimida, sobretudo quando se trata da sexualidade.

O fato é, ao censurar a sexualidade dentro das escolas, se adia o reconhecimento das identidades que divergem da heteronormatividade, mantendo este grupo ainda mais excluído, sobretudo, no acesso à educação (GONZAGA; GALLAS, 2019). Segundo pesquisas de Sampaio (cit. por SILVA, 2016), as escolas com educação sexual apresentam muitos pontos positivos em relação as demais, por exemplo, possuem maior rendimento escolar e coletividade, visto que ensinam respeito e igualdade aos alunos, aliviando a tensão e quebrando preconceitos, permitindo que o jovem se expresse de acordo com suas vontades, sem a necessidade de obedecer a padrões ultrapassados.

Assim sendo, é preciso que a escola adote a educação sexual, com uma visão pedagógica, do modo que é esclarecido nas normas PCNs, citadas anteriormente, onde é afirmado que a sexualidade não envolve só o biológico, mas as áreas psicológicas, sociológicas e culturais (GONZAGA; GALLAS, 2019). Visando que a família, na visão de Sarti (2006, cit. por SILVA, 2016), é uma instituição repleta do discurso patriarcal, de acordo com Charles Radcliffe (apud CALIXTO; FRANÇA, s.d.), as “crianças podem aprender atitudes homofóbicas com seus pais, mas, as escolas devem fazer todo o possível para combater estereótipos negativos e promover a aceitação”. Ou seja, é importante que as escolas promovam encontros com a família. Muitos pais temem o ensino do “sexo” como algo erótico ou como se fosse ensinar ao jovem atos sexuais, então cabe à instituição de ensino esclarecer o objetivo e métodos das aulas, acalmando a família e saciando as dúvidas sobre o ensino sexual. Este deve ter como propósito incentivar a criança a analisar e criticar o mundo ao redor, enfrentando os mais diversos preconceitos, à exemplo a LGBTfobia.

Então, é evidente como a história vem mudando, mesmo que a grande maioria das pessoas ainda se recusem a saciar e aceitar as dúvidas infantis. No entanto, esses

questionamentos são importantes para o autoconhecimento e, para evitar o aprendizado padronizado que contém diversos rótulos, é preciso a atuação da escola, para impedir que o preconceito continue se perpetuando ao longo das gerações.

5 | CONCLUSÃO

Ao longo dos anos a sexualidade pôde estabelecer-se em diversos lugares de manifestações, de forma que, sempre, existiu uma conceituação excludente sobre ela imposta, por exemplo, pela religiosidade. Então, arrijou-se para a atualidade, infelizmente, visões que discriminam a comunidade LGBT, fundamentada em religião, política, medicina – ao considerar as sexualidades opostas à heterossexualidade como doenças –, dentre outros setores.

As discussões acerca da sexualidade até avançaram – com projetos como o ABGLT e saída da transexualidade dos parâmetros da patologia –, mas a violência física e psíquica gerada ao grupo LGBT, ainda, são numerosas e obstina-se socialmente, na escola, casa e em diversos ambientes.

Por conseguinte, majora-se o suicídio, objetivando o cessamento da dor, pelos homossexuais ou outras pessoas que fogem da cisheteronormatividade. Contudo, vale pensar que o suicídio da pessoa LGBT é um homicídio da sociedade, já que esta última ocasiona o sofrimento do jovem que se mata (TAGLIAMENTO et al., 2020).

Com isto, é de suma importância que exista formas para combater a disseminação de ideologias negativas referentes a sexualidade. Felizmente, uma das formas é trazer a temática, sexualidade, para a educação. Notou-se que, falar dela na escola já foi objeto de corroboração de ideais religiosos e políticos, tal que era exposto o indecoro ligado ao sexo.

Entretanto, para que hoje tenha-se a sexualidade na educação, deve-se enfrentar o pensamento de que crianças não possuem sexualidade; promover maior conscientização dos pais sobre como é tratado a sexualidade na escola e a importância de eles manterem um ambiente aberto ao diálogo com seus filhos, em casa; e reformulação de conteúdo nos cursos de licenciatura. As escolas devem atuar no combate às crescentes ondas de homofobia, transfobia e demais preconceitos ligados às ideias fixas da heteronormatividade.

Destarte, a transgressão da LGBTfobia, no Brasil, pode acontecer por meio do ensino da sexualidade nas escolas, promovendo, por consequência, benefícios à saúde mental dos indivíduos e perpetuando uma sociedade mais justa; polida no respeito ao próximo; e, também, informada fidedignamente.

REFERÊNCIAS

CALIXTO, THIAGO GUILHERME; FRANÇA, MARLENE HELENA DE OLIVEIRA. **LGBTfobia no ambiente escolar: desafios da prática docente.** [s.d.]. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2016/TRABALHO_EV056_MD4_SA11_ID5735_12082016183610.pdf. Acesso em: 11 de mar. de 2021.

COSTA, TATIANE; BELMINO, MARCUS CÉZAR. **Poliamor: da institucionalização da monogamia à Revolução Sexual de Paul Goodman.** [2015]. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/igt/v12n23/v12n23a08.pdf>. Acesso em: 11 de mar. de 2021.

FEDEGER, ANDRÉA MARIA; GUIMARÃES, MAYRA NICOLLE DOS SANTOS; CASTANHARO, REGINA TITOTTO; SCHNEIDER, WANESSA. **A vulnerabilidade e o desempenho ocupacional de adolescentes vítimas de LGBTfobia no Brasil.** [2021]. Disponível em: <https://www.editoracientifica.org/articles/code/210102829>. Acesso em: 13 de mar. de 2021.

FOUCAULT, MICHEL. **História da Sexualidade 1: A vontade de saber.** Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 9ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

GONZAGA, TAYNAN MATHEUS SOUSA; GALLAS, ANA KELMA CUNHA. **O retrocesso no combate da LGBTfobia no Brasil: o preconceito vivenciado pela população LGBT no ambiente escolar.** [2019]. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rfe/article/download/8655345/22221/67627>. Acesso em: 11 de mar. de 2021.

LACERDA, GUILHERME SEVERO; AZAMBUJA, MARCOS ADEGAS. **Extra, extra! Adolescência e ideal cultural: vendendo imagens e jornais.** [2015]. Disponível em: <https://periodicos.ufn.edu.br/index.php/disciplinarumCH/article/viewFile/1839/1728>. Acesso em: 15 de mar. de 2021.

SILVA, KARLA FIRMINO DA. **Pedagogia da Sexualidade: o papel do professor.** [2016]. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/4317/1/KFS22112016.pdf>. Acesso em: 11 de mar. de 2021.

SOUZA, DÉBORA DE ARO; JÚNIOR, EDCARLOS DOMINGUES CAMPOS. **Sexualidade: fator de relevância na prática docente.** 1ª ed. Taboão da Serra – SP: Vicenza Edições Acadêmicas, 2020.

TAGLIAMENTO, GRAZIELLE; SILVA, SAYMON SOUZA CORREA DA; SILVA, DENISE BARCELOS DA; MARQUES, GIOVANNA DE SOUZA; HASSON, REBECA; SANTOS, GABRIELLI EDUARDA DOS. **Minha dor vem de você: uma análise das consequências da LGBTfobia na saúde mental de pessoas LGBTs.** [2020]. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/34558/24055>. Acesso em: 13 de mar. de 2021.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alunos 6, 7, 8, 9, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 30, 32, 34, 49, 51, 52, 56, 59, 60, 61, 62, 63, 78, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 93, 94, 96, 100, 104, 105, 106, 107, 109, 113, 114, 117, 118, 119, 123, 129, 130, 131, 133, 134, 136, 140, 141, 157, 158, 159, 160, 163, 170, 172, 173, 174, 175, 177, 178, 179, 181, 182, 183, 184, 186, 187, 188, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 198, 199, 200, 201, 205, 212, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 223, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 259, 273, 274, 275, 279, 280, 281, 282, 284, 285, 287, 293, 294, 298, 299, 301, 302, 303, 309, 310, 311, 312, 318, 320, 321, 322, 323, 324, 326

Avaliação 6, 8, 4, 7, 10, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 49, 51, 103, 119, 120, 121, 123, 146, 153, 155, 159, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 195, 196, 205, 207, 215, 224, 226, 227, 228, 229, 230, 239, 252, 275, 284, 285, 294, 304, 308

Avaliação Diagnóstica 8, 4, 177, 179, 183, 184, 185, 187

Avaliação Escolar 8, 15, 17, 18, 19, 22, 23, 25, 26, 27, 189, 190, 191

C

Currículo 20, 23, 27, 46, 47, 56, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 98, 100, 104, 106, 111, 182, 183, 189, 192, 194, 196, 197, 202, 208, 211, 217, 274, 309, 310, 320, 321, 324, 325, 326

D

Deficiência Intelectual 7, 83, 114, 125, 127, 129, 202, 244, 303

Desigualdades Educacionais 9, 233, 238

Diferença 6, 11, 19, 23, 25, 27, 28, 32, 37, 38, 57, 118, 173, 179, 194, 225, 227, 228, 229, 236, 238, 262, 325, 332

Direitos Humanos 9, 123, 145, 166, 201, 208, 260, 261, 264, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 277, 326, 334

Direito social 6, 40, 47, 48, 268

E

Educação Básica 1, 2, 11, 13, 40, 48, 49, 50, 51, 53, 56, 64, 79, 80, 86, 87, 93, 95, 98, 114, 117, 118, 122, 177, 179, 180, 181, 188, 244, 274, 306, 320, 328, 334

Educação de órfãos 6, 65, 70, 75

Educação Inclusiva 6, 9, 18, 23, 26, 28, 39, 51, 55, 79, 80, 82, 83, 84, 88, 90, 93, 94, 99, 100, 117, 118, 122, 123, 124, 126, 132, 167, 171, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 200, 201, 202, 214, 215, 216, 217, 230, 232, 244, 246, 259, 273, 274, 278, 302, 304, 305, 307, 312, 314, 315, 320, 325

Educação Infantil 9, 22, 48, 49, 50, 83, 87, 88, 95, 140, 179, 233, 237, 241, 242, 246, 247, 254, 302, 318

Enem 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13

Ensino Híbrido 4, 11

Ensino Superior 7, 10, 3, 28, 30, 31, 45, 46, 51, 52, 112, 113, 117, 119, 120, 121, 122, 124, 191, 202, 209, 212, 232, 259, 265, 287, 288, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 320, 321, 322

Escola Pública 7, 3, 10, 42, 101, 108, 157, 246, 247, 274, 275

Escolas Comuns 6, 15, 199

Estabelecimentos Prisionais 208, 211

I

Instrumentos Avaliativos 6, 15, 16, 19, 23, 25

L

Legislação 10, 17, 41, 42, 49, 66, 74, 79, 90, 91, 93, 98, 110, 118, 160, 163, 168, 232, 260, 279, 281, 298, 302, 314, 322

Linguagem Adaptativa 7, 90, 91, 93, 95, 97, 98

M

Materiais Didáticos 9, 199, 214, 217, 225, 226, 227, 230

Mediação 9, 11, 26, 27, 36, 82, 91, 108, 111, 123, 124, 157, 158, 161, 163, 165, 188, 201, 244, 246, 247, 248, 249, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 282, 290, 299, 304

P

Perspectiva Histórico-Cultural 7, 125, 128, 129, 130, 131

Pessoa com Deficiência 6, 54, 55, 59, 60, 61, 62, 63, 90, 91, 92, 95, 100, 119, 120, 121, 123, 125, 127, 128, 129, 131, 176, 230, 274, 279, 302, 304, 311, 312, 316, 318, 326

Processo de aprendizagem 6, 11, 15, 16, 17, 18, 84, 179, 185, 187, 200, 233, 234, 244

Processo de Inclusão 7, 9, 18, 30, 33, 86, 90, 91, 93, 97, 114, 172, 201, 202, 244, 273, 281, 309, 314, 315, 322

Produção de conhecimento 9, 58, 145, 148, 280, 281, 287, 298

Proteção Escolar 8, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 165

R

Recursos Multifuncionais 9, 199, 200, 201, 202, 273, 275, 278

S

Sala de Recursos 8, 9, 190, 191, 194, 199, 200, 201, 202, 273, 274, 275, 278, 279, 328, 329, 332

Saúde mental 7, 31, 133, 134, 137, 139, 142, 143

Sexualidade 5, 7, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 299, 334

Síndrome de Asperger 9, 89, 244, 246, 247, 248, 255, 258, 259, 304, 311

Síndrome de Down 10, 314, 315, 321, 322, 324, 325, 326

Surdos 6, 9, 15, 16, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 99, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 119, 120, 122, 123, 124, 280, 281, 284, 287, 291, 294, 298, 299, 300, 319

T

Transgressão 7, 28, 30, 133, 135, 142

Transtorno do Espectro Autista 7, 10, 78, 83, 86, 87, 167, 176, 244, 248, 274, 301, 302, 303, 305, 306, 307, 312

Tutelados 6, 65, 66, 67, 69, 70, 75

Tutores 6, 65, 66, 67, 69, 71, 72, 75, 76

V

Vygotsky 36, 39, 83, 89, 91, 92, 93, 95, 100, 176, 258, 259, 313

EDUCAÇÃO: MINORIAS, PRÁTICAS E INCLUSÃO 2

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

EDUCAÇÃO: MINORIAS, PRÁTICAS E INCLUSÃO 2

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br